



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL**

**Discurso de Abertura do Seminário Nacional sobre o Fortalecimento do Ministério Público  
na Defesa dos Interesses Colecivos e Difusos**

SENHOR MINISTRO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

DIGNÍSSIMO PROVEDOR DE JUSTIÇA

SENHORES DIRECTORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA REPÚBLICA DO BOTSWANA  
E DA TANZÂNIA

DIGNÍSSIMO VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

VENERANDOS JUÍZES CONSELHEIROS DO TRIBUNAL SUPREMO E  
ADMINISTRATIVO

SENHORES MEMBROS DO CONSELHO DE MINISTROS

ILUSTRE BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

DIGNÍSSIMOS PROCURADORES-GERAIS ADJUNTOS

SENHOR EMBAIXADOR DA UNIÃO EUROPEIA

SENHOR EMBAIXADOR DA SUÍÇA

DIGNÍSSIMOS SUB-PROCURADORES-GERAIS-CHEFE

MERITÍSSIMO JUIZ-PRESIDENTE DO TRIBUNAL ADUANEIRO

DIGNOS PROCURADORES PROVINCIAIS DA REPÚBLICA-CHEFE

DIGNOS DIRECTORES DOS GABINETES PROVINCIAIS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DIRECTORES-GERAIS DO IPAJ, SERNIC E SERNAP

SENHORA REPRESENTANTE DA UNDOC

SENHORA DIRECTORA DO CFJJ

SENHOR REPRESENTANTE DO BANCO DE MOÇAMBIQUE

CAROS ORADORES E MODERADORES NACIONAIS E ESTRANGEIROS

CAROS MAGISTRADOS JUDICIAIS, JUDICIAL ADMINISTRATIVO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SENHORES REPRESENTANTES DOS DIRECTORES-GERIAS DAS ALFÂNDEGAS E DO GIFIM

SENHORES ADMINISTRADORES DE RESERVAS E PARQUES NACIONAIS

CAROS REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES

CAROS PARCEIROS DE COOPERAÇÃO

CAROS COLEGAS DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO

SENHORES ASSESSORES, DIRECTORES DE GABINETE E DIRECTORES NACIONAIS  
NA PGR

DISTINTOS CONVIDADOS

MINHAS SENHORAS

MEUS SENHORES

Excelências

Antes de iniciar a nossa intervenção, honra-nos apresentar a todos os presentes nesta sala as nossas carinhosas saudações.

Uma saudação especial aos insígnias titulares dos órgãos de Administração da Justiça e membros do Governo,

que tanto nos honram com sua presença neste acto de abertura do Seminário Sobre o Fortalecimento do Ministério Público na Defesa dos Interesses Colectivos e Difusos.

Saudação e agradecimentos ao Senhor Ministro da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural, nosso aliado estratégico, pelos esforços que tem empreendido na prevenção e combate às infracções contra a biodiversidade.

À Delegação da União Europeia e a Embaixada da Suíça, co-organizadores deste evento, recebam o nosso apreço e reconhecimento pelo vosso contributo no desenvolvimento e materialização das actividades do Ministério Público.

Uma palavra de agradecimento também, ao Governo da Cidade de Maputo, pelo apoio para a realização deste encontro nesta bela e acolhedora Cidade de Maputo.

A presença neste acto de tão ilustres personalidades do nosso Estado, é mais uma prova inequívoca do comprometimento do país na defesa do bem comum em matéria de saúde pública, ambiente, património cultural, diversidade da fauna e da flora, entre outros.

A realização do Seminário Sobre o Fortalecimento do Ministério Público na Defesa dos Interesses Colectivos e Difusos enquadra-se num dos eixos estratégicos do nosso plano que preconiza acções que visem a garantia da responsabilização efectiva de todos quanto enveredam por condutas atentatórias aos interesses colectivos e difusos.

Dada a relevância da preservação da natureza para o nosso país e para o mundo em geral, em parceria com outros actores do direito internacional o Estado tem vindo a estabelecer mecanismos de articulação e de financiamento de diversos programas e projectos cuja essência é a defesa e preservação da natureza.

É neste contexto que no quadro das suas funções constitucionais e legais, o Ministério Público desenvolve esforços de capacitação institucional de modo a conferir robustez necessária da sua intervenção nas diversas componentes,

em matéria da defesa dos interesses colectivos e difusos, nomeadamente, a saúde pública, o direito do consumidor, o ordenamento territorial, a preservação da flora e da fauna e o património arqueológico.

Esse objectivo passa pela promoção de um amplo movimento de auscultação e debate sobre os grandes desafios que a defesa desses direitos colectivos e difusos representa.

Foi nesta perspectiva que anteriormente realizámos um seminário sobre a caça furtiva e uma Conferência Nacional sobre florestas na qual participaram representantes do Governo e das comunidades, instituições públicas intervenientes na emissão de licenças, administração e fiscalização, operadores florestais, académicos, membros da sociedade civil, entre outros, e discutimos sobre as melhores formas de garantir o cumprimento da lei e a preservação das nossas florestas.

Estas reuniões deixaram recomendações, a partir dos quais foram esboçados planos que têm guiado a nossa intervenção no combate aos crimes contra a biodiversidade.

Temos estado a melhorar continuamente a nossa articulação com o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural,

a Autoridade Tributária e outras entidades para uma correcta investigação e instrução preparatória dos processos relativos aos crimes contra a biodiversidade.

Queremos deixar também agradecimento aos nossos parceiros de cooperação com quem desenvolvemos acções de capacitação institucional em matérias de prevenção a estes tipos legais de crime.

A título de exemplo, no âmbito da Carta de Implementação do Programa de Apoio ao Procedimento por Crimes contra a Vida Selvagem, assinada com a USAID, adoptámos um manual de investigação e procedimentos de crimes contra a fauna bravia, cujo lançamento terá lugar ao longo deste seminário.

Ainda no domínio da cooperação, iremos, ao longo deste Seminário, celebrar, com as nossas congéneres do Botswana e Tanzania, memorandos de trabalho que vão estabelecer os quadros da nossa colaboração bilateral.

No domínio da saúde pública e da defesa do consumidor, reforçamos a nossa articulação com o Ministério da Indústria e Comércio e a Inspeção das Actividades Económicas (INAE),

donde temos sinais encorajadores, incluindo com acções judiciais resultantes dessa parceira.

Com o Ministério da Saúde, procedemos à revisão do nosso memorando de trabalho e da respectiva matriz, visando maior interacção na defesa da saúde pública, nomeadamente no que respeita à prevenção e combate à comercialização de medicamentos em violação das normas legais inerentes a essa actividade.

Com estas e outras acções sentimos que a intervenção do Ministério Público na defesa dos direitos e interesses colectivos e difusos vai se tornando efectiva.

Queremos, entretanto, reconhecer que os desafios são ainda maiores para os intervenientes nesta matéria, impondo-se, por isso, envolvimento de todos, desde as comunidades, as autarquias locais, os governos locais, empresas públicas e privadas e os cidadãos em geral,

para uma maior colaboração na protecção destes direitos.

É urgente o estabelecimento de mecanismos funcionais que permitam denunciar, situações de delapidação de recursos marinhos, florestais, faunísticos, minerais e outros, através de um maior envolvimento das comunidades,

o que passa também por acções de educação cívica, pelo enquadramento dessas mesmas comunidades em projectos que valorizem esses recursos para o desenvolvimento sócio-económico e cultural.

Excelências

Minhas Senhoras e

Meus Senhores

Cientes dos desafios que o crime organizado e transnacional representa, incluindo no domínio da exploração dos recursos naturais, pretendemos neste seminário fazer uma reflexão sobre as actividades que temos vindo a realizar, avaliar o actual estágio da preservação dos recursos naturais e partilhar experiencias com os Ministérios Públicos de alguns países da nossa região austral de Africa, nomeadamente o Botswana e a Tanzânia.

A exploração desordenada dos recursos naturais, o branqueamento de capitais, a corrupção e outras condutas ilegais a elas conexas,

são males que perpetuam a pobreza de países como o nosso e retiram o sonho de um desenvolvimento no futuro.

O Ministério Público e demais instituições judiciárias tem o papel não só de prevenir e reprimir essas condutas, como também de educar os cidadãos sobre as melhores formas de contribuir para a preservação dos recursos naturais.

O nosso desafio estratégico é munir os magistrados, investigadores e outros técnicos intervenientes processuais, de conhecimentos que os permitam alcançar os sucessos desejados nesta missão.

Paralelamente, gostaríamos de colher subsídios sobre como garantir maior contribuição e empenhamento das comunidades na preservação dos recursos naturais e na defesa dos demais interesses colectivos e difusos.

Esperamos que os temas escolhidos para debates nos permitam alcançar os objectivos pretendidos, essencialmente o da melhoria de intervenção do Ministério Público e uniformidade de procedimentos na sua acção.

Estamos cientes da diversidade dos bens jurídicos que temos a função de defender, mas a convergência dos nossos objectivos deve, em todos os momentos, caracterizar a nossa actuação.

As experiências que nos serão transmitidas pelos colegas dos Ministérios Públicos de outros países aqui presentes devem nos inspirar a adoptar matriz própria para o alcance dos objectivos configurados pelo nosso legislador, em matéria da defesa dos interesses difusos e colectivos.

Queremos, por isso, endereçar os nossos profundos agradecimentos aos nossos colegas dos Ministérios Públicos aqui presentes por terem acolhido ao nosso convite.

Excelências

Minhas Senhoras e

Meus Senhores

A todos os participantes queremos deixar o desejo que façam deste seminário um marco no que respeita à intervenção do Ministério Público na defesa dos interesses colectivos e difusos, mas também de outros actores que se dedicam a estas matéria.

Devemos ser capazes de valorizar as experiências do que temos estado a realizar, aliar aos conhecimentos académicos e práticos que serão expostos pelos diversos intervenientes, apreciar e explorar as experiências dos nossos visitantes, que sendo valiosas para o sucesso que neles apreciamos, possam efectivamente contribuir para os sucessos que nós almejamos.

Por isso, deixamos aos nossos oradores, moderadores e todos os intervenientes espaço para que nos brindem com o calor das vossas intervenções sempre na perspectiva de um Ministério Público e de todo sistema de administração da justiça do nosso país, mais vigorosos na defesa dos interesses colectivos e difusos.

Com estas palavras, honra-nos declarar aberto o ***Seminário sobre o Fortalecimento do Ministério Público na Defesa dos Interesses Colectivos e Difusos.***

Muito Obrigada pela Vossa prestimosa atenção!

Maputo, 15 de Outubro de 2018